

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

A VALORIZAÇÃO IDENTITÁRIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS EM TRÊS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DO SUL DO AMAZONAS.

DOI: 10.5281/zenodo.17430118

Graciene Nascimento dos Santos

Mestranda em: Ciências Da Educação
Instituição: Christian Business School
Endereço: 40 rue Alexandre Dumas, Paris (Arrondissement de Paris)
E-mail: graccy.ene@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa como três escolas estaduais de ensino médio situadas no sul do Amazonas têm desenvolvido práticas pedagógicas voltadas à valorização da identidade indígena. A investigação evidencia que iniciativas como feiras culturais, uso das línguas indígenas, projetos de educação ambiental e protagonismo estudantil contribuem para afirmar os saberes tradicionais e combater estereótipos. Além disso, observa-se que a integração entre escola e comunidade fortalece a transmissão intergeracional de conhecimentos e legitima diferentes epistemologias no espaço escolar. Contudo, persistem desafios estruturais e pedagógicos, como a ausência de materiais bilíngues, a insuficiência da formação docente e a implementação fragmentada das políticas educacionais voltadas à diversidade. Conclui-se que a educação intercultural crítica, ao promover o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, constitui um caminho necessário para a consolidação de uma educação democrática, plural e inclusiva na Amazônia.

Palavras-chave: Povos Originários; Identidade Cultural; Educação Intercultural; Ensino Médio; Amazônia.

Introdução

A valorização identitária dos povos originários é, ao mesmo tempo, um desafio e uma necessidade urgente para a educação brasileira. No contexto amazônico, essa realidade se torna ainda mais evidente, dada a forte presença indígena e a relevância histórica e cultural desses povos para a formação da região. Como afirma Candau (2012), a escola deve ser compreendida como espaço de mediação cultural, em que diferentes identidades possam dialogar e se fortalecer, contribuindo para uma educação democrática e plural.

A Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, representa um marco jurídico nesse processo. No entanto, sua implementação demanda esforços contínuos de formação docente, elaboração de materiais e diálogo comunitário (Baniwa, 2019). Essa legislação, embora

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

avance na garantia de direitos, só se torna efetiva quando há práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e com a valorização das identidades historicamente marginalizadas.

Este artigo analisa como três escolas estaduais de ensino médio, situadas no sul do Amazonas, têm desenvolvido estratégias para inserir a valorização identitária dos povos originários em suas práticas pedagógicas. A escolha desse recorte se justifica pela necessidade de compreender como tais iniciativas se materializam em um território marcado pela diversidade étnica, pela coexistência de saberes tradicionais e pelas tensões de uma sociedade em transformação. Segundo Grupioni (2008), o diálogo entre escola e comunidade indígena é fundamental para que os saberes tradicionais não sejam apenas reconhecidos, mas integrados de maneira crítica e respeitosa ao currículo escolar.

Ao investigar as práticas das escolas no sul do Amazonas, percebe-se que a valorização da identidade indígena passa pela construção de projetos interdisciplinares, pela presença de lideranças comunitárias no espaço escolar e pela produção de materiais que dialoguem com as cosmologias locais. Essas ações reforçam o que Santos (2010) chama de "ecologia dos saberes", isto é, a articulação entre diferentes formas de conhecimento que ampliam o horizonte da educação e contribuem para a formação de sujeitos mais conscientes de sua história e pertencimento cultural.

Valorização da Cultura e Línguas Indígenas no Contexto Escolar Amazônico

As três escolas estaduais observadas no sul do Amazonas, a valorização da identidade indígena tem se manifestado em diferentes dimensões do currículo e da vida escolar. Uma das estratégias mais recorrentes é a realização de feiras culturais temáticas, nas quais estudantes, professores e membros das comunidades indígenas apresentam danças, músicas, narrativas orais e artesanatos. Essas práticas não apenas reafirmam a identidade dos povos originários, mas também criam um espaço de visibilidade para seus saberes, como destacam Silva e Nascimento (2017), ao enfatizarem que a inserção da cultura indígena no cotidiano escolar contribui para o combate a estereótipos e preconceitos.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Outra iniciativa importante é o uso das línguas indígenas em atividades escolares. Professores de língua portuguesa e de artes têm articulado trabalhos interdisciplinares em que alunos bilíngues podem produzir textos ou performances em suas línguas maternas. De acordo com Maher (2006), a presença das línguas indígenas no ambiente escolar rompe com a hegemonia do monolinguismo e fortalece a autoestima linguística e cultural dos estudantes. Além disso, as escolas têm promovido projetos de educação ambiental integrados aos saberes tradicionais, com destaque para o manejo sustentável de recursos naturais e o respeito às práticas de caça, pesca e agricultura indígena. Essas ações se aproximam da concepção de “educação intercultural crítica” de Walsh (2009), que entende o currículo como espaço de negociação e produção de conhecimentos em diálogo..

Outro aspecto relevante observado nas escolas é o protagonismo estudantil na construção de práticas pedagógicas que valorizam a diversidade cultural. Em vários momentos, os alunos assumem o papel de pesquisadores de suas próprias comunidades, trazendo para a escola histórias de vida, memórias coletivas e práticas cotidianas que enriquecem o currículo. Essa perspectiva aproxima-se da proposta de Freire (1996), ao defender que a educação deve ser construída em diálogo com a experiência do educando, reconhecendo-o como sujeito histórico e produtor de saberes.

Ademais, a relação entre escola e comunidade tem se mostrado um eixo central para a consolidação da identidade indígena nos espaços escolares. Reuniões, oficinas e rodas de conversa com lideranças e anciãos fortalecem a transmissão intergeracional de conhecimentos e contribuem para que o processo educativo não se limite ao espaço formal da sala de aula. Como observa Candau (2012), a educação intercultural só se torna efetiva quando rompe com a lógica da assimilação e promove um encontro respeitoso entre diferentes matrizes culturais.

Por fim, vale destacar os desafios que ainda se impõem nesse processo. A falta de materiais didáticos bilíngues, a escassez de formação continuada para professores em contextos interculturais e as tensões entre políticas educacionais nacionais e demandas locais constituem obstáculos significativos. Entretanto, as experiências analisadas indicam que, mesmo diante dessas dificuldades, as escolas têm conseguido construir práticas inovadoras e transformadoras, contribuindo para a afirmação das identidades indígenas e para a promoção de uma educação mais justa e plural.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Nesse cenário, é importante ressaltar que a valorização da cultura e das línguas indígenas no contexto escolar amazônico também se articula com a legislação educacional brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e a Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatória a abordagem da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, oferecem respaldo jurídico para tais iniciativas. No entanto, conforme apontam Lopes da Silva (2010) e Grupioni (2015), o desafio maior reside em transformar a obrigatoriedade legal em práticas pedagógicas efetivas, que respeitem a especificidade de cada povo e evitem abordagens superficiais ou folclorizadas.

Outro ponto de destaque refere-se à formação docente. Professores que atuam em contextos interculturais frequentemente se deparam com a necessidade de ampliar seus repertórios metodológicos e epistemológicos para lidar com diferentes cosmovisões. A formação inicial ainda apresenta lacunas quanto à educação indígena, o que torna a formação continuada essencial. Nesse sentido, iniciativas que envolvem universidades, secretarias de educação e organizações indígenas têm buscado criar programas de formação contextualizados, capazes de fortalecer o protagonismo dos povos originários na construção de suas próprias propostas pedagógicas.

Além disso, a inserção da cultura indígena no cotidiano escolar pode ser compreendida como uma forma de resistência frente às pressões homogeneizadoras de uma educação voltada prioritariamente para os modelos urbanos e ocidentais. Como sublinha Walsh (2009), a interculturalidade crítica não se limita à inclusão de elementos culturais no currículo, mas exige um reposicionamento epistemológico, no qual os saberes indígenas sejam reconhecidos como válidos e fundamentais para a produção de conhecimentos e para a construção de sociedades mais plurais e justas.

Dessa maneira, as experiências observadas no sul do Amazonas revelam não apenas avanços, mas também tensões inerentes ao processo de consolidação de uma educação intercultural crítica. Ao mesmo tempo em que as escolas promovem espaços de visibilidade e valorização das identidades indígenas, enfrentam obstáculos estruturais e políticos que demandam engajamento contínuo de gestores, professores, estudantes e comunidades.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Desafios e Perspectivas da Educação Intercultural no Sul do Amazonas

A análise das práticas pedagógicas nas escolas do sul do Amazonas evidencia que, embora haja avanços significativos na valorização da cultura e das línguas indígenas, o caminho para a efetivação de uma educação verdadeiramente intercultural ainda apresenta diversos desafios. Um deles diz respeito à estrutura física e pedagógica das escolas, que nem sempre atende às especificidades culturais e linguísticas das comunidades indígenas. Muitas vezes, a organização do tempo e do espaço escolar segue um padrão ocidental, desconsiderando os ritmos próprios da vida comunitária e as formas tradicionais de transmissão de saberes.

Outro desafio refere-se à produção e circulação de materiais didáticos que representem de forma autêntica os povos indígenas da região. A ausência de livros, cartilhas e recursos pedagógicos bilíngues ou multilíngues limita a atuação dos professores e restringe as possibilidades de uma aprendizagem que valorize simultaneamente os saberes locais e os conhecimentos sistematizados. Nesse sentido, experiências de produção coletiva de materiais, envolvendo professores, alunos e anciãos, têm se mostrado alternativas promissoras para suprir essa lacuna.

No entanto, é preciso destacar também as perspectivas que se abrem a partir dessas experiências. A inserção de práticas pedagógicas baseadas em saberes tradicionais e no uso das línguas indígenas contribui não apenas para o fortalecimento das identidades, mas também para a construção de um modelo educacional que dialoga com os princípios da sustentabilidade e da justiça social. A educação intercultural crítica, ao reconhecer e legitimar diferentes epistemologias, torna-se uma via para combater desigualdades históricas e promover relações mais equitativas entre povos e culturas.

Assim, ao mesmo tempo em que enfrentam barreiras estruturais, pedagógicas e políticas, as escolas do sul do Amazonas também revelam caminhos inovadores e transformadores. Essas iniciativas podem servir de referência para outras regiões do país, indicando que a valorização da diversidade cultural e linguística não é apenas uma exigência legal, mas sobretudo uma condição necessária para a construção de uma educação democrática e plural.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

As experiências das escolas estaduais no sul do Amazonas demonstram que a educação intercultural, quando efetivamente implementada, contribui para a superação de práticas assimilacionistas e abre espaço para o reconhecimento das identidades coletivas. Como lembra Gomes (2008, p. 45), “a escola precisa ser um espaço de afirmação das diferenças e de construção de novas formas de convivência, nas quais a diversidade não seja vista como problema, mas como potência”. Essa visão se materializa nas ações que integram saberes indígenas ao currículo, rompendo com a lógica da homogeneização cultural.

A produção de materiais didáticos específicos e bilíngues aparece como um dos pontos centrais para o fortalecimento da educação intercultural. Sobre isso, Grupioni (2008, p. 113) ressalta que “os materiais de apoio pedagógico devem refletir as realidades locais e incorporar os saberes tradicionais, para que tenham sentido para os estudantes indígenas”. Dessa forma, a participação das comunidades na elaboração de cartilhas, textos e registros orais tem se mostrado um caminho para garantir maior autenticidade e representatividade.

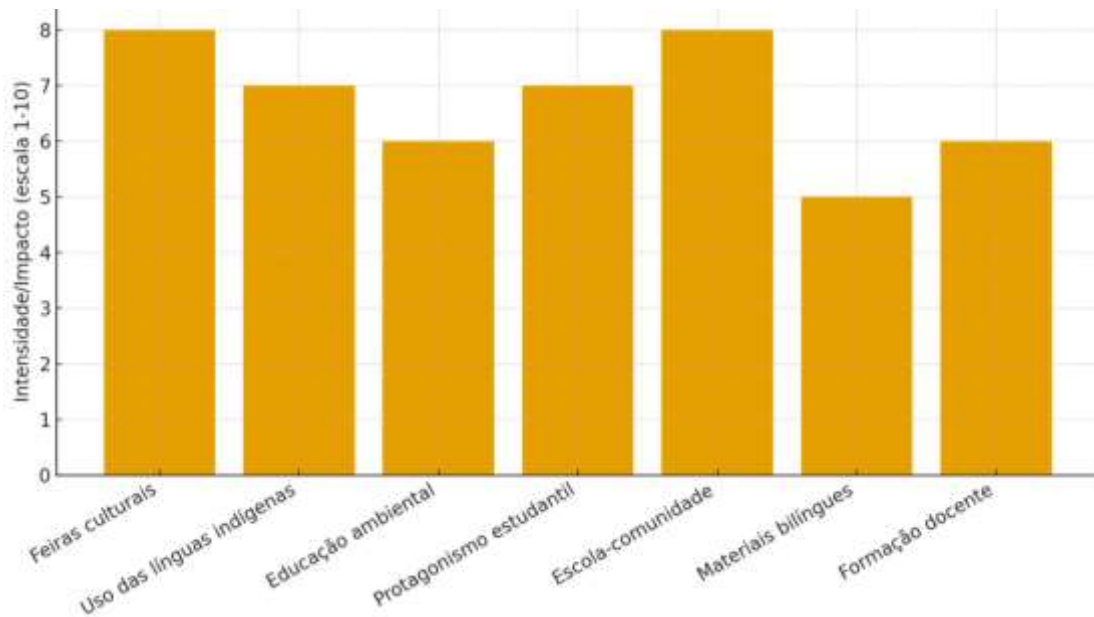
Além disso, a formação docente emerge como um fator decisivo para o sucesso das iniciativas. Segundo Fleuri (2001, p. 84), “a interculturalidade demanda do professor uma postura de abertura, de diálogo e de reconhecimento de que há diferentes maneiras de produzir e legitimar conhecimentos”. Portanto, a capacitação de educadores precisa ir além da dimensão técnica, alcançando aspectos éticos, políticos e epistemológicos que permitam compreender e valorizar as cosmologias indígenas.

Outro aspecto relevante é a relação entre educação e território. Para Carvalho (2013, p. 92), “o território não é apenas um espaço físico, mas um lugar de pertencimento, memória e identidade, que deve ser respeitado e incorporado nos processos educativos”. Nesse sentido, os projetos de educação ambiental desenvolvidos nas escolas indígenas do Amazonas reafirmam a importância do território como fonte de conhecimento e como eixo estruturador da vida comunitária.

Esses exemplos evidenciam que a educação intercultural não se limita a inserir elementos culturais no currículo, mas implica em um reposicionamento profundo da própria escola. Como sublinha Walsh (2009, p. 67), trata-se de “construir uma educação em que diferentes saberes dialoguem em condições de igualdade, questionando as hierarquias coloniais do conhecimento”.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Gráfico I-Práticas de valorização da cultura e Línguas indígenas nas escolas do Sul do



Amazonas

Fonte: a própria autora

(2025)

Com base no gráfico apresentado, é possível observar que as práticas mais consolidadas e de maior impacto no contexto escolar amazônico são aquelas relacionadas às feiras culturais e à integração entre escola e **comunidade**, ambas fortemente vinculadas à valorização da identidade coletiva e à preservação da memória indígena. Em seguida, destacam-se o uso das línguas indígenas e o protagonismo estudantil, que revelam avanços no fortalecimento da autoestima cultural e na construção de um currículo mais inclusivo.

Por outro lado, aspectos como a produção de materiais didáticos bilíngues e a formação docente ainda apresentam fragilidades, apontando para a necessidade de maior investimento em políticas públicas específicas e em programas de capacitação continuada que atendam às realidades locais.

Assim, a análise evidencia que, embora as escolas tenham alcançado conquistas importantes na valorização da cultura e das línguas indígenas, ainda persistem desafios estruturais e pedagógicos. Tais práticas, contudo, já indicam um caminho fértil para a

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

consolidação de uma **educação intercultural crítica**, capaz de promover a justiça social, o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais plural.

Identidade, Cultura e Línguas Indígenas: Caminhos da Educação Intercultural no Sul do Amazonas

A valorização da identidade indígena no espaço escolar tem se mostrado um elemento essencial para a construção de práticas educativas que respeitam e reconhecem a diversidade cultural do Brasil. No sul do Amazonas, as escolas estaduais vêm experimentando diferentes estratégias para integrar os saberes tradicionais e as línguas indígenas ao currículo escolar. Essas práticas não apenas reafirmam a identidade dos povos originários, mas também configuram possibilidades de uma educação intercultural crítica, pautada no diálogo entre diferentes matrizes de conhecimento.

Um dos exemplos mais significativos é a realização de **feiras culturais temáticas**, nas quais estudantes, professores e membros da comunidade apresentam danças, músicas, narrativas orais e artesanatos. Essas atividades criam um espaço de visibilidade para os saberes indígenas e contribuem para combater estereótipos historicamente construídos. Como afirmam Silva e Nascimento (2017), a inserção da cultura indígena no cotidiano escolar representa uma estratégia de resistência frente às práticas de invisibilização e preconceito.

Outro aspecto relevante observado é o **uso das línguas indígenas em atividades pedagógicas**, especialmente em trabalhos interdisciplinares que envolvem artes e língua portuguesa. Estudantes bilíngues produzem textos, dramatizações e performances em suas línguas maternas, o que rompe com a hegemonia do monolinguismo escolar. De acordo com Maher (2006, p. 69), “a presença das línguas indígenas na escola fortalece a autoestima linguística dos alunos e amplia os horizontes culturais do espaço educativo”. Esse movimento de valorização linguística é central para a construção de uma educação que reconhece a pluralidade de vozes.

Além disso, destacam-se os **projetos de educação ambiental** integrados aos saberes tradicionais, que tratam de práticas como a caça, a pesca e a agricultura sustentável. Essas experiências conectam o currículo formal às vivências comunitárias e ao respeito pelo território. Conforme Carvalho (2013, p. 92), “o território indígena é

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

mais do que espaço físico; é lugar de memória, identidade e conhecimento”. Assim, ao inserir práticas ambientais inspiradas na cosmovisão indígena, a escola também contribui para a preservação cultural e ecológica da região amazônica.

O protagonismo estudantil é outro elemento que merece destaque. Em várias ocasiões, os alunos assumem o papel de pesquisadores de suas próprias comunidades, trazendo para os ambientes escolares histórias de vida, mitos, memórias coletivas e práticas cotidianas. Essa iniciativa aproxima-se da proposta freireana de educação dialógica, na qual o educando é sujeito histórico e ativo na construção do conhecimento. Como enfatiza Freire (1996, p. 32), “ensinar exige a compreensão de que a educação é um ato de liberdade e não de domesticação”.

Ademais, a **relação** entre escola e comunidade tem se mostrado fundamental para a consolidação das identidades indígenas. Oficina roda de conversa e atividades conjuntas com anciãos reforçam a transmissão intergeracional de saberes, ampliando os limites da sala de aula. Candau (2012, p. 57) argumenta que a educação intercultural só se efetiva quando rompe com a lógica da assimilação e promove encontros horizontais entre diferentes matrizes culturais. Nesse sentido, a escola deixa de ser um espaço isolado e torna-se parte de um processo coletivo de resistência e afirmação identitária.

Entretanto, ainda persistem desafios significativos. A escassez de materiais didáticos bilíngues, a ausência de formação continuada adequada para professores em contextos interculturais e as tensões entre políticas educacionais nacionais e demandas locais configuram obstáculos importantes. Grupioni (2008, p. 113) ressalta que “sem materiais pedagógicos contextualizados e sem a devida preparação docente, corre-se o risco de transformar a interculturalidade em mera retórica”. Essa constatação aponta para a necessidade de maior investimento do poder público em políticas específicas voltadas para a realidade indígena amazônica.

Apesar desses entraves, as práticas analisadas indicam avanços rumo a uma educação mais democrática e plural. Como afirma Walsh (2009, p. 67), a interculturalidade crítica não se restringe à simples inclusão de elementos culturais no currículo, mas implica em “construir uma nova lógica educativa, em que diferentes saberes dialoguem em condições de igualdade”. Esse entendimento coloca a escola como espaço de disputa, negociação e reinvenção, capaz de contribuir para a superação de desigualdades históricas.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Assim, pode-se concluir que as experiências das escolas estaduais do sul do Amazonas constituem importantes caminhos para a valorização da identidade, cultura e línguas indígenas, reforçando a centralidade da educação intercultural na luta por reconhecimento e justiça social. Ao mesmo tempo em que enfrentam desafios estruturais e políticos, essas iniciativas demonstram que é possível construir práticas pedagógicas inovadoras, que afirmem a diversidade e promovam o diálogo entre diferentes modos de existir e de conhecer.

Educação e Resistência: Desafios e Perspectivas da Interculturalidade na Amazônia Indígena

A análise das práticas educativas em escolas estaduais do sul do Amazonas evidencia que a educação intercultural tem se constituído não apenas como um espaço de valorização da identidade indígena, mas também como uma estratégia de resistência frente às pressões homogeneizadoras do sistema educacional brasileiro. A resistência, nesse contexto, não se limita à preservação da cultura, mas se amplia para o direito de existir e de produzir conhecimento em seus próprios termos. Como defende Walsh (2009, p. 74), a interculturalidade crítica “não é simplesmente uma questão de incluir a diversidade cultural, mas de transformar as estruturas de poder que a subordinam”.

Um dos principais desafios observados é a falta de políticas públicas específicas que assegurem a continuidade e a ampliação de práticas interculturais. Apesar da existência de marcos legais, como a LDB (1996) e a Lei nº 11.645/2008, muitas vezes sua implementação ocorre de forma fragmentada ou limitada. Lopes da Silva (2010, p. 27) ressalta que “a legislação educacional brasileira ainda enfrenta o risco de se tornar letra morta se não for acompanhada de políticas efetivas de valorização da diversidade”. Esse descompasso entre a lei e a prática se manifesta, por exemplo, na carência de materiais didáticos contextualizados e bilíngues, fundamentais para garantir uma educação de qualidade.

Outro desafio refere-se à formação de professores. Educadores que atuam em contextos indígenas frequentemente não recebem, em sua formação inicial, subsídios teóricos e metodológicos adequados para lidar com a diversidade cultural e linguística. Para Fleuri (2001, p. 84), “a interculturalidade exige dos docentes uma atitude de

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

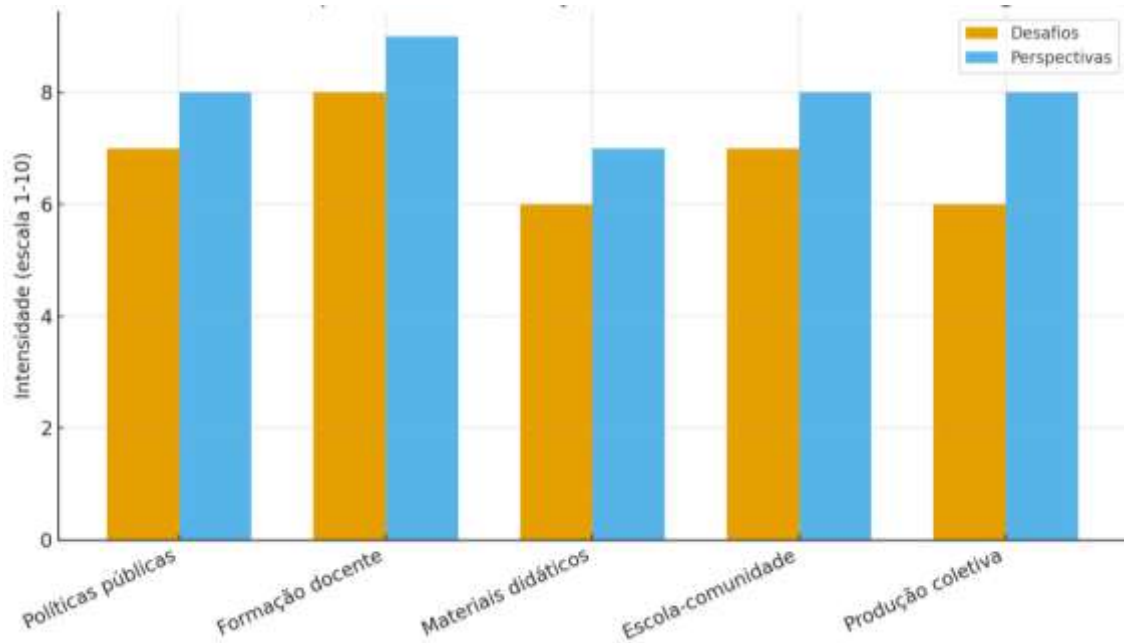
abertura ao diálogo e a capacidade de reconhecer diferentes epistemologias como igualmente válidas”. Isso implica não apenas na oferta de cursos de capacitação continuada, mas na construção de processos formativos em que as próprias comunidades indígenas possam atuar como protagonistas.

Por outro lado, as perspectivas que emergem desse processo são promissoras. O fortalecimento da relação entre escola e comunidade abre caminhos para a consolidação de práticas pedagógicas inovadoras. Projetos que envolvem lideranças, anciãos e jovens em atividades conjuntas, como oficinas culturais e programas de educação ambiental, ampliam o alcance da escola e a conectam à vida comunitária. Nesse sentido, Gomes (2008, p. 45) argumenta que “a escola precisa ser pensada como espaço de encontro e de diálogo, no qual diferentes saberes circulam em condições de respeito e legitimidade”.

A produção coletiva de conhecimentos é outra perspectiva relevante. Ao invés de uma simples inserção de conteúdos indígenas em currículos já estabelecidos, a educação intercultural crítica propõe uma reconstrução curricular em diálogo com os povos originários. Grupioni (2015, p. 141) destaca que “a participação indígena na definição de políticas e práticas educacionais é condição necessária para que a escola se torne, de fato, um espaço de afirmação identitária”. Esse movimento aponta para a possibilidade de construção de uma educação que reconhece e valoriza epistemologias plurais.

Dessa forma, a educação intercultural no sul do Amazonas revela-se como um campo de resistência e transformação social. Se, por um lado, ainda enfrenta barreiras estruturais, pedagógicas e políticas, por outro, já aponta para a construção de alternativas capazes de redefinir o papel da escola na sociedade amazônica. Mais do que um espaço de ensino, a escola intercultural emerge como um lugar de luta, reconhecimento e afirmação da diversidade.

Gráfico II Desafios e perspectivas da educação Intecultural na Amazônia Indígena



Fonte a própria autora (2025)

A análise do gráfico evidencia que, embora os desafios sejam expressivos em todos os eixos especialmente na formação docente e nas políticas públicas, **as** perspectivas se mostram ainda mais significativas, indicando potencial de avanço no fortalecimento da educação intercultural. Isso revela que, mesmo diante de obstáculos estruturais e pedagógicos, as iniciativas já em andamento apontam para possibilidades concretas de transformação do cenário educacional indígena na Amazônia.

Assim, pode-se concluir que o processo de valorização da identidade, da cultura e das línguas indígenas nas escolas do sul do Amazonas não é apenas uma resposta às lacunas do sistema escolar, mas sobretudo uma prática de resistência e reinvenção pedagógica. O fortalecimento da relação escola-comunidade, a produção coletiva de materiais e o diálogo entre epistemologias distintas demonstram que a interculturalidade crítica pode se consolidar como um caminho viável e necessário para a construção de uma educação mais justa, plural e democrática.

Considerações Finais

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

A análise das práticas pedagógicas nas escolas estaduais do sul do Amazonas demonstra que a valorização da identidade indígena constitui não apenas uma exigência legal, mas sobretudo uma prática de resistência e transformação social. As iniciativas que envolvem feiras culturais, uso das línguas indígenas, protagonismo estudantil e projetos de educação ambiental apontam para a construção de um currículo que dialoga com diferentes epistemologias e valoriza os saberes tradicionais.

Contudo, permanecem desafios estruturais e pedagógicos, como a ausência de materiais didáticos bilíngues, a necessidade de formação continuada de professores e a dificuldade de implementação integral das políticas educacionais voltadas à diversidade. Tais obstáculos, longe de desqualificar os avanços, revelam a urgência de políticas públicas mais consistentes e do engajamento coletivo entre escolas, comunidades e órgãos governamentais. dar continuidade ao texto

Conclui-se, portanto, que a educação intercultural crítica é não apenas possível, mas necessária para a consolidação de uma educação democrática, plural e inclusiva. As experiências analisadas reforçam que a escola, quando articulada às comunidades indígenas, pode se tornar espaço de reconhecimento, afirmação e reinvenção das identidades, contribuindo para uma sociedade mais justa e sensível às diversidades culturais e linguísticas da Amazônia.

Além disso, é fundamental compreender que a educação intercultural não se restringe ao ambiente escolar, mas articula-se com um projeto social mais amplo, que envolve o reconhecimento das lutas históricas dos povos originários por direitos, territórios e autonomia. Nesse sentido, a escola deve ser vista como parte de uma rede de resistência que se conecta a outras instâncias da vida comunitária, como associações locais, movimentos sociais e organizações indígenas. Como defende Santos (2010), a construção de uma "ecologia de saberes" só é possível quando diferentes epistemologias coexistem e dialogam em condições de equidade, rompendo com hierarquias coloniais de conhecimento.

Outro aspecto a ser considerado é o papel das novas gerações nesse processo. O protagonismo juvenil indígena, evidenciado em práticas de pesquisa, narrativas orais e performances artísticas, aponta para uma renovação das formas de transmitir e ressignificar a cultura. Esse movimento demonstra que a educação intercultural não é

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

estática, mas dinâmica, marcada por reinvenções constantes que acompanham os desafios contemporâneos e reafirmam a vitalidade das identidades indígenas.

Nesse contexto, a consolidação de práticas pedagógicas interculturais também demanda maior articulação entre políticas educacionais e políticas culturais e ambientais, reconhecendo que os saberes indígenas estão intrinsecamente ligados ao território e às formas de vida comunitária. Como observa Carvalho (2013), o território é ao mesmo tempo espaço físico e simbólico, constituindo-se em eixo estruturador da identidade e da memória coletiva. Assim, qualquer projeto educacional comprometido com a valorização indígena precisa incorporar a dimensão territorial como central para o currículo.

Portanto, pensar a educação intercultural crítica na Amazônia significa assumir que se trata de um campo de tensões, mas também de possibilidades. Ao superar barreiras históricas de exclusão e ao criar condições de diálogo entre saberes, a escola torna-se não apenas espaço de ensino-aprendizagem, mas de resistência, criação e afirmação cultural. Esse caminho exige continuidade, engajamento político e o fortalecimento de parcerias entre Estado, comunidades e instituições de ensino superior, de modo a garantir que a educação seja um direito efetivo e transformador para os povos indígenas.

Referências Bibliográficas

BANIWA, Gersem. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD, 2019.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Brasília, DF, 2008.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

CANDAU, Vera Maria. *Educação intercultural: mediações, tensões e possibilidades*. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARVALHO, José Jorge de. *A diversidade cultural e o ensino no Brasil*. Brasília: MEC, 2013.

FLEURI, Reinaldo Matias. Interculturalidade e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 18, p. 79-90, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Educação escolar indígena no Brasil: situações e perspectivas*. Brasília: MEC, 2008.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Políticas públicas e educação escolar indígena no Brasil*. Brasília: MEC, 2015.

LOPES DA SILVA, Aracy. *Educação escolar indígena: diretrizes, práticas e perspectivas*. São Paulo: Global, 2010.

MAHER, Terezinha. *Diversidade linguística e educação no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46, 2010.

SILVA, Jane; NASCIMENTO, Flávia. *Educação e diversidade cultural: perspectivas para a escola contemporânea*. Manaus: EDUA, 2017.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial*. Quito: Abya-Yala, 2009.